

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2023**

DENOMINAÇÃO: APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa e Doença de Crohn

MORADA: Avenida Rodrigues Vieira, 80 – Sala A

LOCALIDADE: Leça do Balio

FREGUESIA: Leça do Balio

CONCELHO: Matosinhos

CODIGO POSTAL: 4465-738



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Leça do Balio, _____

Leça do Balio, _____

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 637,02	2 316,02
Investimentos financeiros	5	163,07	150,19
		1 800,09	2 466,21
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.7	255,18	2 118,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.1	343,00	538,00
Diferimentos	10.3	95,33	86,45
Outros ativos correntes	10.2	166 439,00	151 595,80
Caixa e depósitos bancários	10.4	152 727,34	146 562,20
		319 859,85	300 900,63
Total do ativo		321 659,94	303 366,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	11 416,70	11 416,70
Resultados transitados	10.5	220 945,95	210 577,35
		232 362,65	221 994,05
Resultado líquido do período		19 776,96	10 368,60
Total dos fundos patrimoniais		252 139,61	232 362,65
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	1 353,00	1 885,60
Estado e outros entes públicos	10.7	5 203,11	3 415,16
Financiamentos Obtidos	8	309,78	77,36
Diferimentos	10.3	54 069,77	56 056,77
Outros passivos correntes	10.8	8 584,67	9 569,30
		69 520,33	71 004,19
Total do passivo		69 520,33	71 004,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		321 659,94	303 366,84

A Direção

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

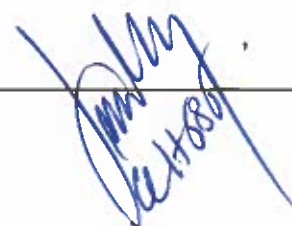
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 023	2 022
Vendas e serviços prestados	6	55 237,49	65 496,88
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	55 445,62	44 817,41
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-36 998,53	-47 616,15
Gastos com o pessoal	7	-55 148,52	-51 649,68
Aumentos/reduções de justo valor	10.14	-2,09	0,00
Outros rendimentos	10.11	2 399,25	358,79
Outros gastos	10.12	-477,26	-497,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 455,96	10 909,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-679,00	-541,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 776,96	10 368,60
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		19 776,96	10 368,60
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		19 776,96	10 368,60

A Direção

O Contabilista Certificado



APDI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA DOENÇA INFLAMATÓRIA DO INTESTINO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		12 001,56	12 652,09
Pagamentos a fornecedores		-36 938,51	-48 828,02
Pagamentos ao pessoal		-40 748,38	-36 285,58
Caixa gerada pelas operações		-65 685,33	-72 461,51
Outros recebimentos/pagamentos		66 360,24	78 042,30
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		674,91	5 580,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-897,90
Investimentos financeiros		-19,70	-43,04
Outros Ativos		-50 000,00	-15 000,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		64,31	17,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-49 955,39	-15 923,01
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		55 445,62	44 761,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		55 445,62	44 761,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6 165,14	34 419,19
Caixa e seus equivalentes no início do período		146 562,20	112 143,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	152 727,34	146 562,20

A Direção

O Contabilista Certificado

APDI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA DOENÇA INFLAMATÓRIA DO INTESTINO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 503454311

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	FORMAÇÃO INFORMAÇÃO	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	6	55 237,49	55 237,49	65 496,88
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-55 148,52	-55 148,52	-51 649,68
Resultado Bruto		88,97	88,97	13 847,20
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	55 445,62	55 445,62	44 817,41
Outros Rendimentos	10.11/10.13	2 399,25	2 399,25	358,79
Gastos administrativos	4 / 10.10 /10.14	-37 679,62	-37 679,62	-48 157,26
Outros Gastos	10.12	-477,26	-477,26	-497,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 776,96	19 776,96	10 368,60
Gastos de financiamento (líquidos)				
Resultado antes de impostos		19 776,96	19 776,96	10 368,60
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		19 776,96	19 776,96	10 368,60

A Direção

O Contabilista Certificado



APDI
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA DOENÇA
INFLAMATÓRIA DO INTESTINO COLITE
ULCEROSA E DOENÇA DE CROHN

Anexo às Demonstrações Financeiras
2023

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros..	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Investimentos Financeiros	9
6	Rédito	10
7	Benefícios dos Empregados.....	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
10	Outras Informações	11
10.1	Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros	11
10.2	Outros Ativos Correntes.....	11
10.3	Diferimentos	12
10.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
10.5	Fundos Patrimoniais.....	12
10.6	Fornecedores.....	12
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	13
10.8	Outros Passivos Correntes.....	13
10.9	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	13
10.10	Fornecimentos e Serviços Externos.....	14
10.11	Outros Rendimentos.....	14
10.12	Outros Gastos.....	14
10.13	Resultados Financeiros.....	14
10.14	Aumentos / reduções de justo valor.....	15
10.15	Outras informações consideradas relevantes	15
10.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A “APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino Colite Ulcerosa e Doença de Crohn” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 106, III Série de 8 de Maio de 2001, com sede em Avenida Rodrigues Vieira, 80 - Sala A – Leça do Balio - Matosinhos. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Aconselhamento e apoio a pessoas que sofram da Doença de Crohn/Colite Ulcerosa
- Melhoria e alargamento dos cuidados médicos ambulatoriais
- Difusão de informação sobre esta doença para o público
- Promoção da investigação sobre as causas e tratamento da doença
- Cooperação com a classe médica, pessoal de enfermagem, indústria farmacêutica, serviços e entidades públicas

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (Periodização Económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo, é preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações

financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários estão desagregados na nota 9.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento Informático	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas para, assim, retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste, por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Equipamento Básico	434,08				434,08
Equipamento Administrativo	6 439,02				6 439,02
Outros Ativos Fixos Tangíveis	135,05				135,05
Ativo Tangível Bruto	7 008,15	0,00	0,00	0,00	7 008,15
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	434,08				434,08
Equipamento Administrativo	4 123,00	679,00			4 802,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	135,05				135,05
Depreciações Acumuladas	4 692,13	679,00	0,00	0,00	5 371,13
Ativo Tangível Líquido	2 316,02	-679,00	0,00	0,00	1 637,02

5 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	163,07	150,19
Total	163,07	150,19

6 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços	55 237,49	65 496,88
Quotas	12 037,49	11 656,88
Patrocinadores e Colaborações	42 580,00	53 840,00
Abbvie	7 580,00	1 500,00
Takeda	12 500,00	21 200,00
Merck Sharp	1 000,00	2 500,00
Janssen Farmacêutica	7 000,00	9 290,00
Pfizer	6 800,00	6 000,00
Biogen Portugal	0,00	2 000,00
Sandoz Portugal	1 000,00	1 000,00
Ferring Pharmaceuticals	3 000,00	350,00
Amgen Biofarmacêutica	0,00	1 000,00
Falk Pharma Portugal	0,00	500,00
Roche Farmacêutica	0,00	8 500,00
Lilly Portugal	1 600,00	0,00
Tillotts Pharma	2 100,00	0,00
Honorários	620,00	0,00
Janssen Farmacêutica	500,00	0,00
Takeda	120,00	0,00
Total	55 237,49	65 496,88

7 Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2023 e 2022 foram de “13”.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2022 e de 2023 foi de 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações Órgãos Sociais (Moe)	27 134,72	25 196,16
Remunerações ao Pessoal	18 306,47	16 986,20
Encargos Sobre as Remunerações	9 234,23	8 976,77
Seguros de Acidentes no Trabalho	299,70	262,15
Outros Gastos com o Pessoal	173,40	228,40
Total	55 148,52	51 649,68

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A rubrica “Financiamentos Obtidos” tinha em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o seguinte saldo:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Cartão de Crédito	309,78		309,78	77,36		77,36
Total	309,78	0,00	309,78	77,36	0,00	77,36

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Quotas Associados	343,00	538,00
Total	343,00	538,00

10.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Fundos de Investimento	155 000,00	145 000,30
Outros Devedores	11 439,00	6 595,50
Total	166 439,00	151 595,80

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	95,33	86,45
Total	95,33	86,45
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas Anos Posteriores	262,94	249,94
Outras Entidades	15 000,00	15 000,00
Laboratórios	38 806,83	40 806,83
Total	54 069,77	56 056,77

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	27 727,34	16 562,20
Depósitos a Prazo	125 000,00	130 000,00
Total	152 727,34	146 562,20

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	11 416,70			11 416,70
Resultados Transitados	210 577,35	10 368,60		220 945,95
Total	221 994,05	10 368,60	0,00	232 362,65

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores	1 353,00	1 885,60
Total	1 353,00	1 885,60

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IVA - restituição	255,18	255,18
IVA - suportado	0,00	1 863,00
Total	255,18	2 118,18
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	0,00	65,00
IVA - A Pagar	4 236,68	2 550,21
Segurança Social	966,43	796,34
Fundos Compensação	0,00	3,61
Total	5 203,11	3 415,16

10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	8 572,37	0,00	8 487,76
Outros Credores	0,00	12,30	0,00	153,53
Remunerações ao Pessoal	0,00	0,00	0,00	30,11
Fornecedores Investimentos	0,00	0,00	0,00	897,90
Total	0,00	8 584,67	0,00	9 569,30

10.9 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos		
IAPMEI	0,00	56,00
Doações e Heranças (Donativos)		
Abbvie	5 000,00	5 000,00
Pharmakern Portugal	17 500,00	1 500,00
Particulares	820,55	403,00
Phizer	1 000,00	0,00
Sanofi	1 500,00	0,00
Injunção Tribunal	500,00	0,00
Consignação IRS	29 125,07	37 858,41
Total	55 445,62	44 817,41

10.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços Especializados	24 504,04	29 994,61
Materiais	607,97	278,42
Energia e Fluidos	412,99	574,79
Deslocações, Estadas e Transportes	3 823,32	3 871,07
Serviços Diversos	7 650,21	12 897,26
Total	36 998,53	47 616,15

10.11 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma

Descrição	2023	2022
Direitos autor	74,65	108,78
Reembolso despesas	634,03	232,08
Juros depósitos	64,31	17,93
Outros	1 626,26	0,00
Total	2 399,25	358,79

10.12 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,30	0,00
Quotizações	476,96	497,54
Total	477,26	497,54

10.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Depósitos	64,31	17,93
Total	64,31	17,93
Resultados Financeiros	64,31	17,93

10.14 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2023 e 2022 ganhos/perdas do “justo valor” no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2023	2022
FCT – Fundo Compensação Trabalho	-2,09	0,00
Total	2,09	0,00

10.15 Outras informações consideradas relevantes

A Câmara Municipal de Matosinhos celebrou um contrato de comodato com a APDI em 2012 com vista à atribuição de um espaço a título gratuito.

As despesas com eletricidade, água e limpeza são partilhadas com duas associações que ocupam o mesmo equipamento.

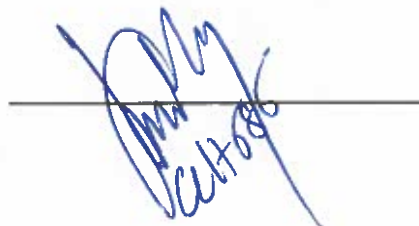
10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça do Balio, 07 de Março de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção

